

- **Já nos apercebemos de que, em coisas muito importantes, a cultura e a sociedade mudam a uma velocidade que a Igreja não é capaz de acompanhar?**
- **Recuperar a dignidade, autoridade e grandeza de um papa que não deseja nem pretende poderes e grandeza**



cabe ao povo o poder
de eleger os seus bispos
e de destituir bispos indignos

JÁ NOS APERCEBEMOS DE QUE, EM COISAS muito importantes, a cultura e a sociedade mudam a uma velocidade que a Igreja não é capaz de acompanhar? Acontece, por exemplo, **haver padres que olham mais para o passado, por ele se adaptar melhor às suas ideias conservadoras**, do que para o futuro que os interpela.

Há mais de quarenta anos, ensinava eu aos meus alunos que, no século III (no outono de 254), os cristãos da Espanha romana apresentaram ao seu bispo Cipriano (o mais importante na altura, embora residindo em Cartago), um problema complicado. O problema consistia no facto de os fiéis de três dioceses espanholas (Leão, Astorga e Mérida) se aperceberem de que os seus bispos não tinham dado o devido testemunho da sua fé, durante uma perseguição do imperador Décio. Aqueles fiéis, perante o exemplo escandaloso dos seus bispos, **tomaram a decisão (impensável hoje em dia), de afastar os bispos do seu lugar, de os pôr na rua, de os despojar dos seus cargos**. Os cristãos da altura sentiam-se responsáveis pelas suas dioceses. E não toleravam o escândalo de os bispos, ao verem-se ameaçados, não serem capazes de confessar a sua fé em Jesus Cristo. Face à situação, os cristãos recorreram ao bispo mais importante e exemplar de então que era Cipriano de Cartago.

Porém, tudo se complicou quando um dos bispos depostos, um tal **Basíledes, recorreu ao papa Estevão, bispo de Roma**. Serviu-se, contudo, de uma informação manipulada, em que o assunto era apresentado da forma que mais convinha a Basíledes. O que fez com que o assunto se complicasse, levando a que os cristãos da Espanha romana recorressem ao bispo Cipriano, o mais reconhecido e respeitado da Igreja de então.

Cipriano convocou um concílio, cujas decisões chegaram até nós, através da carta 67 de Cipriano, assinada por trinta e sete bispos que participaram naquele sínodo. Esta solução para um conflito local era perfeitamente aceitável no século III.

Foram tomadas, portanto, naquele sínodo local, três decisões incluídas na mencionada carta:

1. Cabe ao povo o poder de eleger os seus ministros, e, concretamente, o bispo: “Verificamos que é de origem divina o facto de eleger o bispo na presença do povo, à vista de toda a gente... Deus manda que o bispo seja eleito perante toda a assembleia” (*Epist.* 67, IV, 1-2).
2. Cabe ao povo o poder de destituir qualquer bispo indigno: “E deste modo o povo... deve afastar-se do bispo pecador e não se contaminar com o sacrifício de um bispo sacrílego,

quando, acima de tudo, ele tem poder de eleger bispos dignos e de afastar os indignos” (*Epist.* 67, III, 2).

3. Nem sequer o recurso a Roma deve alterar esta situação, dado este recurso não ser feito com verdade e sinceridade: “E não pode ser anulada a eleição realizada com todo o direito, uma vez que Basíides... recorreu a Roma enganando o nosso colega Estevão que, por estar longe, não se encontrava informado sobre a verdade dos factos, tendo, deste modo, obtido a reposição ilegítima na sua sede, de que tinha sido deposto com todo o direito” (*Epist.* 67, 5.).



É bem evidente, portanto, que a Igreja do século III tinha uma mentalidade, segundo a qual a Igreja consistia mais na comunidade do que no clero. Atitude que não pretendia ir contra os direitos do clero, mas reconhecer, simplesmente, o papel que desempenhava e os direitos que tinha a comunidade dos fiéis.

Ora, se a Igreja dos primeiros séculos se comportava e era gerida desta maneira, por que razão, com o passar dos tempos, se retirou à comunidade dos fiéis um direito que ela teve, nas suas origens mais antigas e originais?

E fique bem claro que, ao colocar esta questão, não se pretende - de modo nenhum - limitar os direitos e poderes do bispo de Roma. Pelo contrário. O que para nós é mais importante é, também, o que mais deseja o papa atual, o papa Francisco: **recuperar a dignidade, autoridade e grandeza de um papa que não deseja nem pretende poderes e grandeza, mas antes uma Igreja em que todos os fiéis cristãos sintam e vivam como um problema de todos, o que a todos nos irá devolver a força evangélica de uma Igreja que não pretende grandezas humanas, mas sim a eficácia evangélica da comunidade dos seguidores do Senhor Jesus.**

JOSÉ MARÍA CASTILLO

https://www.religiondigital.org/teologia_sin_censura/urgente-actualizar-Iglesia-castillo-obispos-pueblo_7_2125957398.html
(28.05.2020)

DA TRÍADE LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE, AS NOSSAS SOCIEDADES INTEGRARAM AS DUAS PRIMEIRAS, MAS DEIXARAM DE FORA A FRATERNIDADE

Todos Irmãos



Este sábado [3 de Outubro], o Papa está em Assis para uma operação carregada de simbolismo: assinar junto ao túmulo de São Francisco a sua encíclica *“Omnes Fratres”* (*“Todos irmãos”*). É uma espécie de dívida de gratidão que se salda desta forma, pois como explica o papa “este santo do amor fraterno, da simplicidade e da alegria, que me inspirou a escrever a encíclica *‘Laudato Si’*, novamente me motiva a dedicar esta nova encíclica à fraternidade e à amizade social”. O que podemos, desde já, desejar é que este texto urgente e inovador encontre leitores amplos, dentro e fora da Igreja, capazes de refletir em profundidade o significado dos seus desafios. Isto porque a reflexão acerca da fraternidade tem sido sistematicamente adiada. Da tríade liberdade, igualdade e fraternidade, as nossas sociedades integraram as duas primeiras, mas deixaram de fora a fraternidade como se fosse um assunto estritamente privado, sobre o qual não é possível construir um consenso social. Mas, como diz o Papa Francisco, sem a

fraternidade, a visão da liberdade e da igualdade correm o risco de se tornarem inconclusivas e abstratas. O reconhecimento da fraternidade é, por isso, uma das tarefas atuais mais prementes. Esta proposta sobre a fraternidade universal, Bergoglio situa-a na continuidade do documento sobre a fraternidade humana para a paz mundial e a convivência comum, assinado conjuntamente com o grande imã Ahmad Al-Tayyeb, em Abu Dhabi, em fevereiro de 2019. A encíclica perspetiva assim o tema da fraternidade a partir da tradição católica, mas pretende claramente ultrapassar fronteiras, abrindo-se em diálogo com outras tradições. E além de Ahmad Al-Tayyeb são nomeadas, entre outras, as inspirações de Martin Luther King, Desmond Tutu e Mahatma Gandhi. Do

mesmo modo, no que respeita aos destinatários desta encíclica, que corporiza “um novo sonho de fraternidade e de amizade social que não se fique apenas pelas palavras”, o Papa deseja que ela se torne um ponto de diálogo aberto com todas as pessoas de boa vontade.

Ou nos constituímos como um “nós” que habita a Casa comum que é a terra ou veremos apenas crescer a guerra de interesses e egoísmos que nos põe a “todos contra todos”

O presente texto coloca-se claramente na linhagem das chamadas “encíclicas sociais”, que abordam diretamente as problemáticas que afligem as sociedades, iluminando-as com um património doutrinal que, desde a célebre encíclica de Leão XIII, “*Rerum Novarum*” (1891), se tem vindo sempre a consolidar. A maior parte dos papas do século XX apresentou encíclicas sociais e alguns fizeram-no mais de uma vez, como foi o caso de João XXIII (2), Paulo VI (2) ou de João Paulo II (3). Também o Papa Francisco bisa com este novo e incisivo texto que revisita, em chave de atualidade, temas recorrentes da doutrina social da Igreja: os direitos da pessoa humana, a cidadania, o bem comum, o trabalho, os modelos de desenvolvimento, a destinação universal dos bens, a propriedade, a construção da justiça e da paz, as migrações, a regulação económica, a reabilitação da política, a condenação do racismo, a ecologia, o avanço tecnológico, os reptos que se colocam à informação na era digital, etc.

JOSÉ TOLENTINO MENDONÇA

in *Semanário Expresso*, 03.10.2020, pg 182.

<https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2501/html/revista-e/que-coisa-sao-as-nuvens/todos-irmaos>

Francisco sabe bem os riscos que corre propondo uma encíclica sobre uma categoria que (ainda) não tem estatuto político. Em diversos momentos ele alerta para que o seu discurso não seja treslido como uma utopia bem intencionada, porém impraticável. Ora, aqui joga-se com coragem profética exatamente o contrário: a certeza de que ou nos constituímos como um “nós” que habita a casa comum que é a terra ou veremos apenas crescer a guerra de interesses e egoísmos que nos põe a “todos contra todos”. Quem tem ouvidos para ouvir, oiça este apelo “a repensar os nossos estilos de vida, as nossas relações, a organização das nossas sociedades e sobretudo o sentido da nossa existência”.

a pandemia e os mais velhos

*Enganam-se os que pensam que só nascemos uma vez.
Para quem quiser ver a vida está cheia de nascimentos.*

(...)

*Nascemos muitas vezes naquela idade
onde os trabalhos não cessam,
mas reconciliam-se com laços interiores e caminhos adiados.*

(...)

*Nascemos nos gestos ou para lá dos gestos.
Nascemos dentro de nós e no coração de Deus.*

O que Jesus nos diz é:

*"Também tu podes nascer",
pois nós nascemos, nascemos, nascemos.*

(José Tolentino de Mendonça)



Foto:
Paolo Bendandi, Unsplash

Falar em “nacer” quando falamos dos mais velhos parece contradição. Mas não é. Ser mais velho é nascer outra vez, não parar de nascer porque “a vida está cheia de nascimentos”.

Ser mais velho é viver o tempo “em que os trabalhos se reconciliam”.

Infelizmente a sociedade utilitarista em que vivemos

não o permite. Trata-se da “cultura do descarte” a que se tem referido o Papa Francisco inúmeras vezes. Assim, a CNJP [Comissão Nacional Justiça e Paz] não pode, em tempos de pandemia, deixar de chamar a atenção para a forma como estamos a tratar os mais velhos. Trata-se de uma questão que não é recente, mas que se tornou pública.

São os mais velhos as principais vítimas da COVID 19 e esse facto veio trazer ao de cima um problema existente... nomeadamente aqueles que estão “confinados” em lares, impedidos, face aos riscos de

contaminação, de receber visitas dos seus familiares. Ainda mais sós, portanto. Mas também todos os

outros que subitamente, quase que em sobressalto, passaram a fazer parte desta enorme categoria sanitária/sociológica de grupo de risco. Subitamente bloqueados, pelo dever de proteção, neste gigantesco bloco catalogado de quase intocáveis.

Estes tempos alertam-nos para o facto de termos de refletir seriamente sobre as condições de vida e de participação dos mais velhos. Sobre o que é ser “mais velho”. Os velhos não são para “deitar fora” porque já não são úteis na denominada vida ativa. Os velhos “nascem dentro de si e no coração de Deus”. Os mandamentos alertam-nos para que devemos “honrar pai e mãe”, temos o dever de proteção

Será que os honramos remetendo-os a depósitos onde não há convivência entre gerações, onde deixam de poder ser ativos, meros “utentes” de instituições? Será que os honramos colocando-os num grupo artificialmente homogéneo dos que “chegaram ao fim da vida” e já não têm forma de participar e contribuir para o bem-estar da sociedade a que pertencem?

A mais recente classificação etária da OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE) apresenta uma nova abordagem à 3ª idade: Considera a fase dos 66-79 como “meia idade”, os idosos são aqueles que se situam entre 80 e os 99, e os “idosos de longa vida” são os que ultrapassam a meta dos 100 anos. Esta classificação demonstra-nos que a referida “meia idade” é uma idade bem ativa e que, infelizmente, tem sido ignorada. Muitas pessoas desta idade continuam ativas nos diversos sectores da sociedade (que lhes são consentidos), nomeadamente em importantes atividades de voluntariado; tantas fazem trabalho invisível (de que é exemplo os cuidados que prestam a familiares), mas a tantas é negada a possibilidade de continuar a participar ativamente na sociedade; ninguém pode ser “desperdiçado”. Todos são

fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. É urgente pensarmos nesta ordem de questões e encontrar alternativas. Para que um dia o nosso coração culpabilizado não se sobressalte.

Aqueles que se situam entre os 80 e 99 anos e, mesmo acima dos 100 anos, os realmente “idosos”, têm o direito de levar um fim de vida feliz e em plenitude sem se sentirem culpabilizados por dar trabalho às gerações mais novas. Mas todos, estes e os da “meia idade”, são cidadãos de pleno direito, com direitos e com deveres, com responsabilidades na construção da casa comum. Este papel, não pode nem deve ser retirado, sob pena de ficarmos coletivamente mais pobres.

Temos de pensar em alternativas e já há conhecimento de experiências bem interessantes que vão sendo postas em

prática um pouco por todo o mundo. Soluções mais humanizadas de combate ao isolamento que, numa perspetiva inter-geracional, permitem que jovens estudantes, a troco de alojamento, acompanhem os mais velhos que assim permanecem na sua casa; ou construção de unidades residenciais autónomas, onde as comuns atividades do quotidiano são garantidas: alimentação, saúde, lazer, etc. Soluções mais integradoras na vida ativa, pela diversificação de postos de trabalho e de novas áreas e perfis funcionais, pelo desdobramento de horários de trabalho. Os mais velhos são muito diversos e as políticas públicas têm que contemplar. Desde a garantia de um número suficiente de unidades de cuidados continuados e paliativos que garantam um final de vida digno para os mais velhos, a reformas/pensões suficientes e justas que permitam autonomia de vida, a modelos concretos organizativos que possibilitem a sua participação ativa. É preciso pensar noutros termos de forma a não excluir os mais velhos.

Estejamos atentos aos mais velhos e digamos, ao jeito de Jesus: “também tu podes nascer”. São cidadãos de parte inteira como nós. Têm o direito a ter voz e a dizer-nos como querem viver os últimos anos da sua vida. A eles devemos quem somos hoje. Deixemos que eles nos digam: “Nós nascemos, nascemos, nascemos”. E respondamos a esta sua interpelação.

Lisboa, 27 de julho de 2020

A Comissão Nacional Justiça e Paz

<http://www.ecclesia.pt/cnjp/>
(27.07.2020)



Temos de "**refletir seriamente sobre as condições de vida e de participação dos mais velhos**",
sublinha *Comissão Nacional Justiça e Paz*. Foto: Rafael Merchante/Reuters